

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.253 - TO (2019/0291116-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
MARIA DE LOURDES VILELA - TO000425
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : VITOR HUGO AIRES GOMES (PRESO)
PACIENTE : HAILTON RODRIGUES FONSECA (PRESO)
PACIENTE : DEIVE DENIS ALVES (PRESO)
PACIENTE : DYEMERSON BASILIO ALVES DA COSTA (PRESO)
PACIENTE : LEANDRO BONFIM ALBUQUERQUE SOUZA (PRESO)
PACIENTE : IVAN NERES DE OLIVEIRA (PRESO)
PACIENTE : WITALO SILVA RODRIGUES (PRESO)
PACIENTE : NELSON REIS DE OLIVEIRA (PRESO)
PACIENTE : BRENDON GOMES RIBEIRO (PRESO)
PACIENTE : ADAO MATHEUS ROCHA DE SOUZA (PRESO)
PACIENTE : RAFAEL RODRIGUES BONFIM (PRESO)
PACIENTE : ARICLENIS OLIVEIRA DA LUZ (PRESO)
PACIENTE : LUIZ GABRIEL RAMOS COELHO (PRESO)
PACIENTE : RAFAEL MARTINS DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : NEILTON VIEIRA NOGUEIRA (PRESO)
PACIENTE : DAVI GAMA MARINHO (PRESO)
PACIENTE : TIAGO XAVIER DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : MARCOS VINICIUS PUTENCIO LUSTOSA (PRESO)
PACIENTE : ZIZIA MAYELLE PEREIRA SILVA (PRESO)
PACIENTE : GILDEAN FERREIRA DE MELO (PRESO)
PACIENTE : WELLINGTON SANTOS FERREIRA (PRESO)
PACIENTE : ELTON CARVALHO CAMPELO VIANA (PRESO)
PACIENTE : MILTON BENTO DA LUZ (PRESO)
PACIENTE : RAFAEL OLIVEIRA VIEIRA DA CUNHA (PRESO)
PACIENTE : MATHEUS LEAO DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : MAX MATEUS CARVALHO ALVES (PRESO)
PACIENTE : JOSE NETO CAETANO FERNANDES (PRESO)
PACIENTE : JOSE ELIAS FERREIRA DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VITOR HUGO AIRES GOMES e OUTROS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins, no julgamento do *Writ* n. 0011221-89.2019.827.0000.

Depreende-se dos autos que os pacientes foram presos preventivamente pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz a impetrante, em síntese, a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida

Superior Tribunal de Justiça

extrema, inculpidos no art. 312 do CPP.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva ou aplicada alguma das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 15-16):

[...]

Tendo em vista a pertinência dos fundamentos contidos no parecer do Órgão de Cúpula Ministerial, peço vênica para reproduzi-los, adotando-os como razão de decidir, in verbis:

In casu, impende registrar que ao contrário do que foi alegado pela Defensoria Pública, a sustentação da manutenção prisional de todos os pacientes está fundada nos requisitos autorizadores do artigo 31211, do Código de Processo Penal (CPP), notadamente porque a custódia cautelar está plenamente justificada como forma de acautelar o meio social, extremamente atingido pelas atividades delituosas praticadas pela organização criminosa denominada PCC.

Forçoso salientar que não restaram dúvidas quanto à presença das hipóteses justificadoras da prisão preventiva, não se mostrando cabível a sua substituição por outra medida cautelar, principalmente porque os fatos imputados aos pacientes relacionam-se com crimes graves, que envolvem organização criminosa relacionada à traficância de entorpecentes, além de delitos que atentam contra a vida, que somados ao fato de possuírem natureza complexa, demandam maior cautela em sua apuração, porquanto se trata de delitos que atentam diretamente contra a ordem pública e a credibilidade da Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, há que se levar em conta que a segregação cautelar dos insurgentes, conforme as circunstâncias narradas nos autos originários, também se justifica em razão da periculosidade em concreto decorrente, principalmente, das ações praticadas pela organização criminosa à qual os pacientes pertenceriam, supostamente responsável pela prática de tipos penais que atingem gravemente a tranquilidade social da pequena cidade de Paraíso do Tocantins, fato que por si só, justifica a opção pela manutenção do ergástulo.

Assim, uma vez que as novas medidas cautelares previstas em lei, não se mostram adequadas à reprimenda de delitos em apuração nos autos do inquérito policial originário, cabe ao Poder Judiciário acautelar o meio social, tranquilizando a comunidade por meio do estabelecimento de medidas enérgicas, voltadas ao combate do crescimento da violência que atinge diretamente os municípios que reclamam por providências ao passo em que sofrem com as atitudes

No caso específico, a ilustre Magistrada impetrada decretou a prisão preventiva, como forma de acautelar o meio social, por haver fortes indícios de autoria por parte dos Pacientes, bem como ante a gravidade da conduta delitiva.

Assim, ao contrário do que afirmado na impetração há fundamentação robusta na decisão que decretou a prisão preventiva de vários investigados, conforme acima colacionado.

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte que se diz coagida.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a

Superior Tribunal de Justiça

análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator